

3.4. A ASSISTÊNCIA TÉCNICA INTEGRAL NO DISCURSO MODERNIZANTE

O papel da extensão rural no Brasil pode ser definido como o de veicular, entre os produtores, a idéia de que a forma com que produziam e viviam era atrasada e responsável pela baixa rentabilidade obtida, estando a solução em substituí-la por técnicas modernas, utilizando o crédito para consumir produtos industrializados e, deste modo, produzir mais e viver melhor (Masselli, 1998).

A autora explica que havia forte crença em que para construir uma sociedade moderna, entendida como industrializada, era preciso superar o atraso das populações rurais, intervindo no padrão técnico em andamento.

A intervenção estatal incorporou dois elementos instrumentalizadores básicos para predispor os produtores às mudanças. O primeiro, de caráter comunitário, era o desenvolvimento/organização de comunidades, que consistia em procurar o apoio das lideranças formais locais e buscar o reconhecimento de sua legitimidade para realizar o papel de intelectual das classes dominantes rurais. O segundo elemento era a ação educativa que, de forma complementar e indispensável para conseguir a adoção das inovações, efetivamente possibilitaria a substituição dos conhecimentos tradicionais por procedimentos e equipamentos considerados modernos (Masselli, 1998).

O esforço de integração da atividade de assistência técnica às novas dinâmicas modernizantes, aliadas às novas exigências que permeavam os modelos de desenvolvimento rural, em vias de implantação no Brasil e em diversos outros países, pode ser bastante bem exemplificado pelo documento da CATI (1981) – Coordenadoria de Assistência Técnica Integral, órgão da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, apresentando as várias modalidades de programas de extensão rural, que podem ser agrupadas sob três concepções básicas: “transferência de tecnologia”; “gestão de empresa agropecuária” e “desenvolvimento agrícola”. Historicamente, constata-se que nos diversos países há uma tendência da prática da extensão rural caminhar do modelo de transferência de tecnologia para o de gestão de empresa agropecuária e, finalmente, para o desenvolvimento agrícola.

Contudo, a passagem de um modelo para o seguinte, não significa o abandono puro e simples de um e a adoção de outro. Ocorre uma passagem gradual, na qual novos papéis, tarefas e ações são assumidos pelos extensionistas e adquirem significados totalmente novos no cenário da nova concepção mais abrangente. Por exemplo, não se deixa de fazer transferência de tecnologia, mas esta é considerada sob um novo enfoque, deixando de ser um fim em si mesma para se constituir numa peça dentro de um esquema mais amplo e integrador.

Embora seja possível observar uma evolução significativa nos modos de planejar as atividades extensionistas, inclusive com o reconhecimento do limitado alcance que vinha sendo obtido com os programas desenvolvidos, a hegemônica identificação dos projetos de modernização como princípios básicos para o desenvolvimento obstaculiza, em larga medida, a efetiva aplicação do que se entende como "desenvolvimento agrícola", no interior das instituições públicas do país.

No âmbito da relação técnico-produtor, efetivamente, são intrínsecas, no papel de agente de mudanças que é conferido aos técnicos, todas as dificuldades subjacentes aos limites culturais e econômicos, nos quais desenvolvem sua formação e seu treinamento profissional.

Qualquer mudança a ser empreendida neste processo, dependeria, em larga medida, de uma intensa participação das universidades no esforço de adequação dos perfis profissionais aos novos projetos emanados das agências de extensão, já que estas vêm perdendo representação no universo de possibilidades de trabalho dos profissionais, na medida em que seus recursos são cada vez mais escassos e são reduzidas suas condições de oferecer mais empregos, bons salários e treinamento adequado.

Para melhor entendermos a evolução do projeto da extensão rural, que busca atingir mais eficiência e ampliar o seu alcance, apresenta-se o resumo esquemático (quadro 4) da CATI com as principais características dos modelos de extensão implantados pela instituição, em diferentes momentos históricos.

QUADRO 4 - CONCEPÇÕES BÁSICAS DE EXTENSÃO RURAL

Modelos	Objetivos centrais	Objetivos específicos	Papel de seus agentes	Unidade de programação	Público	Medidas de resultados
Transferência de tecnologia	Modernização da agricultura através da incorporação de tecnologia	Aumentar a produção e a produtividade	"Vendedores" de tecnologia	Produto	Produtor individual	Índice de adoção. Índice de produção e produtividade
Gestão de empresa agropecuária	Modernização da agricultura através do fortalecimento das empresas agropecuárias	Aumentar a lucratividade e a competitividade das empresas agrícolas	Conselheiros de gestão da empresa	Empresa	Empresário individual	Índice de lucratividade das empresas
Desenvolvimento agrícola	Melhoria das condições econômicas e sociais da agricultura	Aumentar os níveis de tecnificação, lucratividade e competitividade na região. Ampliar os equipamentos regionais de infraestrutura de produção e comercialização de produtos agropecuários. Elevar os níveis de qualidade de vida e das condições de trabalho dos envolvidos	Agentes de desenvolvimento agropecuario	Região e/ou conjunto de explorações e suas infra-estruturas técnicas, econômicas e sociais	Grupos de produtores, cooperativas, sindicatos, grupos de firmas, conselhos regionais, etc.	Indicadores de desenvolvimento (tecnificação, rentabilidade, lucratividade, evolução dos salários, condições de vida, manutenção da capacidade de uso do solo, etc.)

Fonte: CATI-SP (1981).

A modernização era um projeto elaborado para beneficiar a burguesia industrial e os grandes proprietários de terras, não raro, os mesmos indivíduos. Ao contrário do que afirma o discurso institucional devemos apreender o papel do extensionista como função educativa que procura integrar os produtores ao projeto modernizante, mas oculta-lhes suas contradições, a dominação e a exploração a que se submetem nas relações de mercado que estabelecem. Na proposta de democratização do conhecimento e dos benefícios gerados está o objetivo político de utilizar a educação como instrumento de controle social (Masselli, 1998).

A redução do caráter integral do projeto a suas dimensões técnicas, mesmo quando se referem à saúde ou à educação das crianças ou ainda, à disseminação ideais democráticos, revela a prevalência de uma visão a-histórica e a-crítica dos processos sociais. A dimensão integral não se refere a uma visão holística ou histórica, mas a uma tentativa de domesticação absoluta de toda a organização sócio-cultural dos indivíduos sob a crença de que as técnicas podem resolver todos os problemas, se aplicadas de forma correta. Este discurso, os técnicos aprendem a repetir e, também, a tratar as resistências como manifestações de tradicionalismo e de ignorância.

Aída Bezerra, citada por Fonseca (1985), comenta que a educação nos programas de extensão rural estava voltada fundamentalmente para a produção. Esta era a relação possível entre a educação e a sociedade. Educação para o bem-estar social era educação para a produção e o consumo. A estrutura da sociedade não estava em jogo e o desenvolvimento era uma questão exclusiva de modernização. O discurso oficial pode ser extraído dos relatórios, por exemplo, da ACAR/MG – Associação de Crédito e Assistência Rural de Minas Gerais, que foi o estado pelo qual se iniciou o programa nacional de extensão rural:

“... há a necessidade de substituir a maneira tradicional, porém primitiva da família rural viver e trabalhar, por métodos modernos e práticos, que são dificilmente absorvidos pelo agricultor e sua esposa, cujo nível de instrução quase nunca vai além da escola primária. Usualmente, o agricultor nada sabe sobre condições de mercado e igualmente desconhece os meios de reduzir ao mínimo os efeitos dos azares climatológicos”.

“... em muitos casos, seu lucro é tão pequeno, que ele não pode introduzir melhoramentos em sua propriedade e no lar, daí decorrendo seu baixo nível econômico, que repercute de maneira negativa em seu nível social, obviamente, também inferior, agravado ainda pelo isolacionismo e a falta de meios de comunicação...”.

O discurso dissimulava as causas e efeitos reais da questão, ou seja, a existência das contradições da sociedade brasileira; ocultava a origem da divisão social e justificava a dominação no campo sob a aparência de que a exploração ou a sub-vida do agricultor se deviam não a fatores históricos-estruturais da formação social a que pertencia, mas sim a sua ignorância e marginalidade das conquistas técnico-científicas da sociedade urbano-industrial.

Para Fonseca (1985), os pressupostos subjacentes para a ação exterior ao meio rural, predominantemente do meio e das concepções urbanas, na definição do modo como a sociedade agrária deve integrar a totalidade do sistema social, podem ser encontrados na sua caracterização como compradora de mercadorias, ou seja, como mercado interno para o produto industrializado.

Os discursos oficiais permitem identificar o papel da extensão no meio rural como um instrumento capacitado para garantir que o homem rural entrasse no mercado, que saísse de seu estado de inércia e retração e passasse a produzir mais, com melhor qualidade e em menor tempo, para com isso obter algum rendimento que lhe permitisse consumir adubos, vacinas, equipamentos e outros, a fim de continuar produzindo e, conseqüentemente, consumindo (Fonseca, 1985).

Do prisma do discurso modernizante, portanto, a extensão rural cumpre um papel claramente identificável e que pouco tem a ver com a otimização dos recursos existentes nas realidades de produção encontradas. Esta marca, o trabalho de extensão vem carregando por décadas e, na formação mesma dos profissionais de nível superior, parece ainda estar longe de ser superada. O diagnóstico permanece marcado pela negação do saber próprio dos produtores, já que o não saber como fazer para melhorar de vida é que os coloca na situação de pobreza em que se encontram, sendo os programas educacionais os instrumentos de superação do atraso e da falta de informação.

O pensamento ideológico necessita, fundamentalmente, de mecanismos de apresentação das desigualdades como manifestações naturais. Esta naturalização corresponde a uma conversão das diferenças em desigualdades, que, em sua gênese, traduzem uma diferenciação hierarquizada (Saffioti & Almeida, 1995).